

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E PADRÕES DE CONSUMO: ALGUNS AUTORES EM TORNO DA TRADIÇÃO CEPALINA*

Maurício Coutinho

Economista, Mestrado em Economia pela Universidade de Campinas.

Em artigo de 1976, John Wells¹ propõe-se a contribuir para a interpretação dos períodos de crise e crescimento acelerado por que passa a economia brasileira na década de 60, à luz de uma análise dos novos dados sobre a estrutura do consumo familiar no Brasil. O ponto de partida é a constatação de que a difusão da demanda de certos bens duráveis de consumo por faixas da população que não aquelas situadas no topo da pirâmide distributiva antecede o período do "milagre" e mesmo a década de 60; este fato permitiria contestar as concepções de crise esboçadas por vários autores subconsumistas (Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares são os citados), que repousariam na hipótese de que o mercado para as indústrias dinâmicas era e é excessivamente estreito e não sujeito a aumentos dada a grande descontinuidade no perfil de distribuição da renda.

Nossa intenção é deixar para o capítulo seguinte a análise mais detida dos resultados a que chega Wells². Neste, utilizaremos o autor apenas como interlocutor dos "subconsumistas"; em termos mais precisos, extrairemos do texto apenas o que remete diretamente à análise acerca de distribuição de renda e padrões de consumo esposada por alguns economistas de origem cepalina: Celso Furtado, Anibal Pinto e Maria da Conceição Tavares essencialmente.

* Este artigo é um capítulo da dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

¹ Wells, John R. "Subconsumo, tamanho de mercado e padrões de gastos familiares no Brasil", in: Estudos Cebrap nº 17, São Paulo, Brasiliense, 1976, 5-60 p.

² A título de esclarecimento, e na medida em que Wells dá-nos as pontes de contato com os autores-objeto de análise, é conveniente sumariar suas idéias. Para tanto utilizaremos um texto em que elas se mostram mais acabadas, o capítulo III de sua tese de doutorado (Growth and Fluctuation in the Brazilian Manufacturing Sector during the 1960's and Early, 1970's), versão melhorada e ampliada do artigo a que já fizemos referência.

John Wells pretende, através do estudo dos padrões de gasto familiar, analisar a dinâmica industrial na década de 60 e questionar em profundidade as concepções "subconsumistas" sobre a economia brasileira. O capítulo procurará dar resposta a algumas perguntas essenciais que teriam merecido resposta incorreta na bibliografia sobre o desenvolvimento econômico brasileiro: há uma descontinuidade na estrutura da demanda, de modo a diferenciar radical-

Pretendemos demonstrar que:

- é incorreta a leitura que Wells faz destes autores;
- convém distinguir mesmo dentre os economistas com origem na Cepal, sob pena de confundirmos análises bastante diferenciadas;
- esta distinção permite captar nos autores criticados avanços interpretativos que superam de muito as propostas do próprio Wells;
- qualquer tentativa de abordagem do tema deve passar (e superar) um núcleo interpretativo muito forte, centrado em torno da idéia de heterogeneidade estrutural.

mente a demanda dos grupos de altas e baixas rendas e excluir estes últimos do mercado consumidor de bens "modernos"? qual o tamanho de mercado para os bens "modernos"? qual a extensão (interclasses de renda) do processo de difusão destes novos bens? quais as inferências que podem ser feitas em relação às tendências futuras de tamanho de mercado? A principal referência empírica de Wells são as pesquisas sobre difusão da posse de duráveis (PNAD e outras); secundariamente utiliza orçamentos domésticos do Rio e São Paulo.

A partir de um quadro adaptado do PNAD/1972, mostrando a percentagem de domicílios em cada decil da distribuição de renda doméstica em posse de um elenco de bens duráveis (no cap. III apresentamos os dados), chega às seguintes conclusões:

1. A difusão da posse mostra que a mesma excede os 5% ou 10% habitualmente (conforme Wells) tidos como a base do mercado para produtos duráveis. Podem-se visualizar três grupos de produtos: a) rádios, fogões, máquinas de costura e ferro elétrico, cujo baixo valor unitário e antigüidade da produção nacional asseguram uma distribuição significativa mesmo nos decis inferiores da distribuição; b) televisão, geladeira, liquidificador, enceradeira e toca-discos, cuja distribuição é razoavelmente ampla, embora ainda restrita aos grupos urbanos; c) batadeira, enceradeira, aspirador, máquina de lavar e automóveis têm penetração pequena, inclusive nos grupos de rendas médias e altas — o automóvel por seu alto valor unitário e os demais por serem facilmente substituíveis pelo trabalho doméstico, ainda muito barato;
2. Não há descontinuidade expressiva no perfil da demanda. Exceto para automóveis, quase todos os estratos sociais, e não apenas a classe média e os ricos, formam o mercado consumidor. E se houver alguma descontinuidade, ela estará entre o 4º e o 5º decis, incluindo portanto no mercado de bens "modernos" a classe trabalhadora urbana;
3. Reconhece-se que a difusão da posse destes produtos contrasta com o baixo nível de renda média da população. Prevalece uma distorção na composição dos orçamentos domésticos, denotando a má alocação macroeconômica dos recursos que privilegia o consumo privado de duráveis (e sua produção) em detrimento de gastos sociais. A distorção nos orçamentos domésticos mostra a força do efeito-demonstração sobre o consumo das camadas de baixas rendas também. Por outro lado, dada esta elevada propensão a consumir em todos os estratos sociais, em especial nos de baixas rendas, e dada a saturação de posse nas camadas do topo, presume-se que o aumento da concentração de renda havido na década de 60 não teria sido estimulador da demanda de duráveis.
4. Como é pequeno o índice de propriedade múltipla de automóveis (exceto para os centis do topo, e mesmo nestes não tão elevado quanto se presumiu), decorre que a compra de um segundo ou terceiro carro pelos setores médios altos não pode ter sido o indutor do aumento expressivo da demanda do produto;
5. O crédito tem grande participação na venda de todos os bens. Já a compra de bens de segunda não só é decisiva para automóveis, motocicletas e bicicletas.

1. Celso Furtado

É corrente na literatura sobre o desenvolvimento econômico brasileiro a segmentação da população em faixas descontínuas correspondentes a determinados níveis de renda média, associando-se tais faixas a mercados típicos de consumo de certos bens. Celso Furtado, em “Um projeto para o Brasil”³, utilizando-se de trabalho da Cepal (Estudios sobre la distribución del ingreso en America Latina – 1967), divide a população em quatro estratos. O primeiro, abrangendo 50%, com renda per capita de 130 dólares, situa-se à margem da economia de mercado. O segundo abrange 40% da população, com renda média de 350 dólares, e forma mercado apenas para produtos não duráveis de consumo corrente. O terceiro e o quarto, tomando respectivamente 9 e 1% da população, com níveis de renda per capita de 880 e 6500 dólares, formam um mercado diversificado, com acesso a bens duráveis e não duráveis.

Seria este o grande paradoxo da economia brasileira (e latino-americana, em termos gerais): somente uma minoria de 10% da população exerce demanda sobre o produto das indústrias dinâmicas.

John Wells assim interpreta Celso Furtado: “Os fatos estilizados concernentes aos padrões de gastos, que foram convencionalmente usados como hipóteses de trabalho em numerosas abordagens subconsumistas, podem ser sumariados da forma seguinte: a propensão média para consumir bens duráveis, ou artigos de ‘luxo’, entre os pobres urbanos é zero, enquanto sua elasticidade-renda de demanda por tais bens é também nula; por outro lado, a propensão média para consumir ‘artigos de luxo’ entre as unidades familiares ricas cai no correr do tempo quando a renda sobe, implicando isso dizer que a elasticidade-renda de demanda por tais bens é inferior à unidade. A estagnação tem lugar porque a elasticidade-renda agregada da demanda por ‘artigos de luxo’ é inferior à unidade”.⁴

Imediatamente a seguir o autor propõe outro conjunto de suposições, menos rígido, mas que mesmo assim preservaria os pressupostos subconsumistas. Neste conjunto a propensão média a consumir dos pobres urbanos excede a dos ricos urbanos, que tende a zero, e a elasticidade-renda da demanda dos pobres urbanos excede a dos ricos urbanos, menor do que 1. “. . . mesmo de acordo com tais suposições e dada uma distribuição altamente desigual da renda, a propensão ponderada média agregada para consumir pode estar caindo e a elasticidade-renda ponderada agregada ser inferior à unidade. A estagnação ocorre porque, sendo a elasticidade-renda da demanda de ‘artigos de luxo’ inferior à unidade, a demanda e o crescimento do produto de tais setores não mais ‘líderam’ o crescimento da produção industrial”.⁵

³ Furtado, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1969, p. 38-39.

⁴ Wells, John R. op. cit., p. 10.

⁵ Wells, John R. op. cit., p. 11.

É sabido que em Celso Furtado adquire especial importância a interpretação da economia a partir de uma ótica em que a composição e as rearticulações da demanda detêm o papel fundamental. Mesmo assim, entre a composição da demanda e a estagnação há uma intermediação, como veremos, que passa pelo perfil de distribuição da renda e pela estrutura industrial. A estagnação não advém do fato de a elasticidade-renda da demanda de artigos de luxo ser inferior à unidade. Uma determinada composição da demanda é que impele a economia a uma conformação industrial que deprime crescentemente a relação produto-capital na economia; a queda na relação produto-capital é a causa direta da tendência à estagnação.

É conveniente aprofundar um pouco as concepções de Furtado. Para tanto utilizaremos principalmente três obras suas: "Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina", "Um Projeto para o Brasil" e "Análise do modelo brasileiro".⁶

Os dois primeiro textos (de 1965 e 1968, respectivamente) situam-se no terreno do estagnacionismo. A concepção de subdesenvolvimento ligada à idéia de estagnação ainda é aquela presa ao dualismo estrutural. O mercado de trabalho se diferencia qualitativamente dos mercados dos demais fatores da produção, pois as taxas de salário são ditadas pelas condições de oferta totalmente elástica de mão-de-obra a partir da agricultura pré-capitalista.

Dentro desta concepção de subdesenvolvimento, vejamos como Furtado concebe os problemas dos padrões de consumo e da distribuição de renda. Quanto ao primeiro, sobressai uma visão mais globalizante, qual seja, a do papel que cumpre na explicação dos fatos econômicos a composição da demanda.

No processo de desenvolvimento dependente os "fatores primários de impulso" situam-se em ordem inversa àquela dos processos autônomos: modificações no perfil da demanda — acumulação de capital — progresso técnico. Com isto Celso Furtado pretende expressar que desde o período primário-exportador é a composição da demanda que comanda a acumulação do capital. Por exemplo, o crescimento associado às exportações de produtos primários tem na raiz a alteração na estrutura da demanda provocada pelo aumento das importações a partir dos países centrais; na fase de industrialização substitutiva o estrangulamento na capacidade para importar desajusta as estruturas de oferta e demanda, ocasionando uma demanda insatisfeita e dando novo ritmo e direção ao crescimento.

O escalonamento por níveis de renda e divisão da sociedade em setores sociais referentes a padrões diferenciados de consumo remete à estagnação. A composição da demanda — orientadora, como vimos, do crescimento — vai dar a feição da estrutura industrial, o peso relativo dos diversos setores produtivos, o ritmo de cresci-

⁶ Furtado, Celso. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1968.

Um projeto para o Brasil, op. cit.

Análise do 'modelo' brasileiro, 4ª ed., Rio de Janeiro, Civ. Bras., 1972.

mento de cada um. Na medida em que a demanda se inclina em favor de indústrias produtoras de bens de consumo duráveis ou de capital, privilegia setores que operam com uma relação produto-capital inferior à média da economia, fortalecendo a tendência à estagnação.

Generalizando, diremos que os padrões de consumo estão dados e se embutem na composição da demanda. Esta, por sua vez, orienta a acumulação. Não há uma preocupação explícita em estudar as formas de consumo, desmembrá-las, acompanhar suas alterações também no interior de cada estrato social.

Vejamos agora a questão da distribuição de renda. Para Furtado, a concentração da renda no Brasil tem causas que remontam à constituição dos grandes latifúndios que antecedem a etapa primário-exportadora. A chave do mecanismo que perpetua a distribuição concentradora pode ser encontrada no excedente estrutural de mão-de-obra nos setores pré-capitalistas, impedindo os salários de subirem conforme a produtividade. Em condições de salários estáveis, processos produtivos que aumentem a relação capital-trabalho elevarão concomitantemente a parcela do produto destinada à remuneração do capital em detrimento do fator trabalho. O processo de complexificação tecnológica da indústria, com a introdução dos setores produtores de bens duráveis e de capital, leva à concentração de renda.

O autor admite que em condições de igualdade da taxa de lucro e de salários para todas as indústrias, os coeficientes capital-trabalho e produto-capital variarão em sentido inverso. "Tudo se passa, por conseguinte, como se o sistema econômico estivesse absorvendo uma tecnologia tendente a reduzir a produtividade do capital e aumentar a da mão-de-obra. Sendo assim, para aumentar o produto se fazem necessários insumos crescentes de capital e decrescentes de mão-de-obra, donde se conclui que, para uma taxa estável de crescimento do produto, corresponde uma declinante de absorção de mão-de-obra fora do setor pré-capitalista e outra ascendente da poupança, mantidos inalterados os preços relativos".⁷

Ao adequar o mercado ao tipo de produto oferecido, a concentração de renda contrarresta a diminuição relativa da base populacional demandante dos bens produzidos pela indústria dinâmica e permite a elevação da taxa de poupança (porque aumenta os lucros) requerida para manter o crescimento em uma economia em que a eficiência do capital se deprime. A distribuição de renda, neste contexto, é encarada como um elemento compatibilizador de oferta e demanda.

Uma distribuição de renda já originariamente (historicamente) concentrada projeta-se sobre a composição da demanda.⁸ Esta impulsiona e define a acumulação do capital e as tendências de crescimento do projeto. Dada uma tendência estagnacionista e relativamente desempregadora (aumenta capital/trabalho e cai

⁷ Furtado, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, op. cit., p. 84.

⁸ A composição da demanda tem, segundo o autor, outros determinantes. Por exemplo, os mercados importadores de nossos produtos.

produto/capital), a distribuição permanentemente se recompõe, adequando oferta e demanda.

Não desenvolveremos aqui, mas aplicam-se ao estagnacionismo as críticas já apresentadas em outros textos.⁹ Basicamente: a taxa de crescimento do produto não se prende à evolução da relação produto-capital, senão que a outros fatores; Furtado desconsidera os efeitos do progresso técnico sobre a acumulação, ao pressupor que a relação produto-capital varia inversamente ao coeficiente capital-trabalho. Parece-nos que a origem dos problemas da interpretação estagnacionista está mesmo no tipo de divisão que se faz do produto social. Furtado decompõe o produto em salários e lucro. Tudo que rebaixa os salários aumenta os lucros e vice-versa. Escapa-lhe uma divisão mais complexa do produto social, que permitiria estudar os efeitos dos aumentos da produtividade sobre a repartição do valor internamente aos produtos e ao produto social, através da taxa de exploração e suas relações com a taxa de lucros.

Finalizando, como é a estrutura da demanda que condiciona o processo produtivo, a proposta de desconcentração de renda passa prioritariamente pela reestruturação do perfil da demanda, e não por alterações no aparelho produtivo.¹⁰

Em "Análise do modelo brasileiro" Celso Furtado deixa de encarar o subdesenvolvimento pela tônica central da dualidade estrutural. O cerne da explicação reside agora na defasagem existente entre assimilação de novas estruturas produtivas e novos padrões de consumo. "O subdesenvolvimento apresenta-se, assim, desde o início, como uma transformação nos padrões de consumo (mesmo que tal transformação afete apenas uma minoria da população da área em questão) sem que concomitantemente se modifiquem as técnicas de produção".¹¹

A revolução industrial, conforme Furtado, assume duas formas: modificação nas técnicas produtivas e modificação nos padrões de consumo. O subdesenvolvimento advém de que a revolução das técnicas produtivas concentra-se em certas áreas geográficas, enquanto as novas formas de consumo espalham-se amplamente. Ambos os processos implicam em aumento de produtividade nas regiões hoje subdesenvolvidas, tal aumento é fruto quase exclusivo apenas da ampliação de mercado. "A característica essencial das estruturas subdesenvolvidas estaria, assim, nessa desigual assimilação das duas formas básicas de progresso tecnológico".¹²

Vemos que novamente o problema da composição da demanda coloca-se na base das explicações do subdesenvolvimento e também da própria mecânica de mo-

⁹ Ver Tavares, M. da Conceição e Serra, José. "Além da estagnação. Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil.", in: *América Latina, ensaios de interpretação econômica* (coord.: José Serra). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 210-251.

¹⁰ Furtado, Celso. *Um projeto para o Brasil*, op. cit., p. 55.

¹¹ Furtado, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*, op. cit., p. 9.

¹² Furtado, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*, op. cit., p. 10 e 11.

vimento das estruturas industrializadas subdesenvolvidas. A industrialização encontra já formado um mercado habituado a padrões avançados de consumo: ao se insinuar e progredir, embora vá agora transformando também as técnicas produtivas, vê-se contingência de reproduzir estruturas de produção que irão atender às camadas que formam o consumo moderno. Ocorrerão problemas ao nível da dimensão do mercado. Por outro lado, as empresas estrangeiras serão as mais aptas a introduzir no país as novas indústrias, mera transposição de uma matriz tecnológica já em funcionamento no exterior.

Apesar das diferenças evidentes entre o Celso Furtado estagnacionista e aquela da análise do “milagre”, parece-nos que as referências teóricas fundamentais são mantidas, o arcabouço analítico é o mesmo. De fato, agora a questão genérica da composição da demanda aparece bem mais desenvolvida em torno dos padrões de consumo. Passa-se também do conceito de subdesenvolvimento ligado ao dualismo estrutural — diferenças nos mercados dos fatores — ao vinculado à defasagem estrutura produtiva padrões de consumo. Entretanto, vale lembrar que o dualismo remetia diretamente à composição da demanda, quando se tratava de explicar o funcionamento da economia, pois era esta que determinava o ritmo de crescimento dos vários setores, o ritmo de transferência da mão-de-obra dos setores atrasados para os modernos e, finalmente, a tendência à estagnação. Ora, o que significam os padrões de consumo, no caso, senão a forma de visualização da composição da demanda?

Por isto mesmo há semelhanças entre as obras. Na “Análise do Modelo” também a aceleração da acumulação leva à concentração, pois a elevação da relação capital-trabalho em condições de salários constantes (ou quase) beneficia o fator capital em detrimento do trabalho. E a renda, ao se concentrar, ajusta as estruturas de oferta e demanda.

A idéia da estagnação não está explicitada, mas retorna seu desenho básico: a queda da relação produto-capital acompanha a introdução de novos produtos e a complexificação da estrutura industrial. O resultado é o mesmo, embora venha precedido do mecanismo do ciclo do produto. A introdução de novos produtos requer investimentos unitários mais expressivos que sua difusão. No Brasil, a estreiteza do mercado entorpece o processo de difusão, evitando que se atinja a mesma dosagem introdução/difusão que nos países desenvolvidos garante a taxa de crescimento da renda.

2. Anibal Pinto e a Heterogeneidade Estrutural

Vamos destacar alguns traços, no que toca ao tema distribuição de renda e padrões de consumo, comuns a um grupo de autores situados em torno da tradição

cepalina,¹³ mas que interpretam nosso desenvolvimento econômico de maneira bastante distinta da utilizada por Celso Furtado. Os textos de Anibal Pinto sobressaem no conjunto. Diremos que os demais economistas apontados situam-se no interior das fronteiras demarcadas por aquele. Particularizam certos tópicos, insistem sobre aspectos específicos; no geral, não é forçoso concluir que Anibal Pinto estabelece a tônica da abordagem. Daí porque os comentários dirigem-se de preferência à sua obra.

A noção que serve como ponto de partida para o estudo do desenvolvimento econômico latino-americano é a de heterogeneidade estrutural. Nossas economias, por características de sua formação histórica, apresentam estruturas marcadamente desiguais quanto à absorção do progresso técnico. Grosso modo, Anibal Pinto distingue três estratos: "Por um lado, o chamado 'primitivo', cujos níveis de produtividade e renda por habitante são provavelmente semelhantes (e, às vezes, inferiores) aos que prevaleciam na economia colonial e, em certos casos, na pré-colombiana. No outro extremo, existe um 'polo moderno', composto pelas atividades de exportação, industriais e de serviços que funcionam a níveis de produtividade semelhantes aos níveis médios das economias desenvolvidas e, finalmente, o 'intermediário' que se encontra, de certa forma, mais próximo da produtividade média do sistema nacional".¹⁴

Ao contrário do que ocorre em economias desenvolvidas, a descontinuidade entre os estratos é marcante, o sistema não tende à homogeneização (os setores modernos não "puxam" a produtividade nos demais) e a dimensão da presença do setor mais atrasado é notável. Os três estratos incorporam cada um os vários setores produtivos — agricultura, indústria, serviços. Os diferenciais de produtividade, portanto, perpassam os setores distinguindo, dentro deles, subsetores modernos e atrasados.

O conceito de heterogeneidade estrutural — e isso é o que entendemos fundamental — incorpora na mesma explicação a estrutura produtiva, a distribuição de renda e os padrões de consumo.

¹³ Pinto, Anibal. "Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente". In: Serra, J. *América Latina, ensaios . . .*, op. cit., p. 44-82.

"La Cepal el problema del progreso técnico", in *El Trimestre Económico*, vol. XLIII (2), abril-junho/76, nº 170.

"Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento". Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

"La Cepal y el problema del progreso técnico", in *El Trimestre Económico*, vol. XLIII (2). Abril-junho/76 nº 170.

Serra, José. "O desenvolvimento da América Latina. Notas introdutórias." In: *América Latina. Ensaios . . .*, op. cit., p. 15-41.

Vuskovic B., Pedro. "A distribuição de Renda e as opções do desenvolvimento". In. *A. Latina. Ensaios . . .*, op. cit., p. 83-106.

¹⁴ Pinto, Anibal. "Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente", op. cit., p. 46.

À diferença de Celso Furtado, para Anibal Pinto a distribuição de renda e as características da economia se definem ao nível da estrutura produtiva. Os setores modernos, por exemplo, por serem mais produtivos, apropriam-se de parte substancial da renda. E são mais produtivos porque dirigem-se às camadas de altas rendas, dirigem-se ao atendimento de um padrão de consumo que foge ao nível médio de renda da população, mas atende à elevada renda per capita (comparável a dos países desenvolvidos) daqueles contingentes populacionais que estão no topo da pirâmide distributiva, reproduzindo aqui dentro estruturas de produção semelhantes às encontradas em países desenvolvidos.

A distribuição de renda não compatibiliza ex-post a estrutura produtiva com a composição da demanda. Ao contrário, é a configuração do aparato industrial que projeta por sobre a economia uma distribuição concentrada de renda, conveniente, também, à conformação de um mercado para seus produtos. Por este motivo, tanto Anibal Pinto quanto Serra e Vuskovic apontam como centro de uma estratégia redistributiva não a modificação no perfil da demanda, e sim a alteração na estrutura produtiva, quebrando aos poucos a acentuada heterogeneidade estrutural do sistema. A proposta é viabilizar, através da política econômica, que os aumentos de produtividade aos poucos penetrem naqueles segmentos que são hoje mais atrasados e se vinculam à massa populacional com baixos níveis de renda.

Os autores afastam-se de qualquer expectativa estagnacionista. Nada assegura que as economias com marcada heterogeneidade estrutural não possam crescer; apenas tal crescimento deve acentuar as tendências à exclusão social que as caracterizam. O afastamento do espectro estagnacionista, entretanto, não descaracteriza alguns problemas de crescimento típicos de nossas economias. Fundamentalmente, como situa A. Pino, trata-se dos problemas decorrentes da tentativa de criação de uma moderna economia de massas... sem massas. Ou seja, reproduzimos aqui estruturas produtivas típicas de países com nível de renda média muito superior a nossa. O que na Europa ou Estados Unidos é consumo de massas, mesmo em se tratando de produtos de elevado valor unitário, aqui se torna consumo de luxo. Os bens distinguem-se, por sua destinação, entre bens de consumo popular ou conspícuo não por suas qualidades exteriores, senão pela relação entre seu valor unitário e o nível de renda média dos segmentos populacionais que determina, em última análise, quem o consumirá — ou qual a origem da renda que é dispendida em seu consumo.

Outra característica da explicação montada a partir da visão de heterogeneidade estrutural é o privilegiamento do corte analítico moderno (o que opera a elevados níveis de produtividade e absorve progresso técnico) — atrasado (o que opera a baixa produtividade). Outros cortes (por exemplo, capital/trabalho, propriedade nacional/estrangeira, desigualdades regionais), embora considerados importantes, mesclam-se ao fundamental, subordinam-se a ele; dão no máximo explicações parciais e complementares.

O corte básico arrasta consigo os diversos fatores da produção. Assim, os trabalhadores da indústria moderna ou do setor financeiro de ponta são situados no

estrato moderno da economia. Não estão eliminados, é evidente, os conflitos de classe no interior de cada unidade produtiva; porém, o principal não é a apropriação dos ganhos da maior produtividade que capital ou trabalho conseguem fazer no interior de cada unidade, mas o fosso que separa os subsetores que absorvem ou não os ganhos do progresso técnico. Os trabalhadores de uma indústria moderna também usufruem de sua situação privilegiada, embora seus patrões possam auferir os maiores benefícios.

Anibal Pinto propõe que o corte entre setores “avançados” e “subdesenvolvidos” dá margem à configuração de duas pirâmides distributivas: uma, englobando a população envolvida nos setores “avançados”, seria mais aberta, refletindo o peso maior dos setores médios; outra, representando os “atrasados”, mostraria uma concentração de renda maior e um forte peso de trabalhadores na base.¹⁵

Fácil perceber que concepções como as de Anibal Pinto e demais autores situados em torno de sua proposta têm implicações e encadeamentos que escapam às críticas de John Wells. Primeiramente: não se está no terreno do estagnacionismo. Em segundo lugar: à medida em que a estrutura produtiva do país passa a ser ponto de partida da análise, e à medida em que afastamos o espectro da estagnação como “lei fundamental de desenvolvimento” da economia subdesenvolvida, podemos passar a vislumbrar inúmeras possibilidades de crescimento e mesmo explicações para fases de crescimento acelerado.

O dinamismo do setor moderno, como aventa Serra¹⁶, pode levar à incorporação de crescentes contingentes ao consumo conspícuo, da mesma forma que, pelo aumento generalizado da massa salarial, estimular a demanda e o crescimento dos subsetores “atrasados”. O que ocorre, segundo os autores, é que nunca se elimina a heterogeneidade estrutural, continuam convivendo na economia subsetores com níveis de produtividade média muito distanciados; em suma, não se quebra a estrutura que origina a “contradição fundamental” da presente fase de nosso desenvolvimento econômico: produção de bens que caracterizam o consumo opulento em sociedades com acanhado nível de renda média.¹⁷

¹⁵ Pinto, Anibal. *Idem*, p. 47.

¹⁶ Serra, José. *op. cit.*

¹⁷ A. Pinto localiza as “contradições fundamentais” que caracterizam as três etapas de nosso desenvolvimento econômico: na etapa primário-exportadora, contradição entre estrutura produtiva atrasada e o moderno padrão de consumo das elites; no período de “crescimento para dentro”, contradição entre a modernização do aparelho produtivo industrial e o atraso da agricultura de exportação, gerando constantes dificuldades ao nível do balanço de pagamentos; atualmente, a contradição apontada. Esta, embora predominante, não significa que as contradições anteriores estejam ausentes.

II. 3. Maria da Conceição Tavares

Faremos referência a um texto de Maria da Conceição Tavares, "Características da distribuição de renda no Brasil",¹⁸ para situar alguns dos pontos que a autora considera fundamentais a respeito da questão da distribuição de renda no Brasil.

Primeiramente, e a partir de dados do censo de 1960, a autora chama atenção para o fato de que, ao contrário de alguns outros países da América Latina, não se cria em nosso país, abaixo do estrato populacional composto pelos 5% situados no topo da pirâmide distributiva, uma "classe média" com nível de renda média e extensão suficiente para que se forme uma base mais ampla para a diversificação do consumo.

Em segundo lugar, a diferenciação urbano-rural permitiria explicar algumas características da distribuição. A renda média, assim como a produtividade da população remunerada do setor urbano é sensivelmente maior que a do setor rural. Centro do setor rural os níveis de produtividade e a concentração da propriedade permitiriam explicar a distribuição. Por outro lado, a grande massa situada em estratos de renda baixos pesaria bastante na distribuição global.

No setor urbano, a explicação é mais complexa. Os diferenciais de produtividade não explicam satisfatoriamente os diferenciais de renda, já que aqueles são mais marcantes que estes. A concentração da propriedade urbana também é elemento explicativo insuficiente da desigualdade (nos últimos 5% e 1% da escala diminuem as desigualdades).

A elevada concentração na cúpula, finalizando, deve ser explicada pela complexa e desigual estrutura produtiva do setor urbano.

Como vemos, já neste texto de 1969 as observações de Maria da Conceição Tavares enfatizam a heterogeneidade da estrutura produtiva e, mais ainda, a falta de paralelismo entre salários e produtividade setoriais como fatores determinantes de uma distribuição desigual ao extremo. A autora abre espaço para explicações alternativas, que contemplem o poder de barganha das camadas sociais, a criação e multiplicações de funções profissionais intermediárias ao nível do secundário e terciário, cujas remunerações não têm comportamento colado à estrutura produtiva.

Em Além da Estagnação (1971)¹⁹ Maria da Conceição Tavares e José Serra retomam o estudo do perfil da distribuição, associando as classes de renda a mercados de produtos determinados. Os grupos sociais seriam: A – classe alta, B1 – classes médias altas; B2 – classes médias urbanas; C – classes assalariadas de base;

¹⁸ Tavares, M. da Conceição. **Características da distribuição de renda no Brasil**. Cepal, Division de Investigación y Desarrollo Economico, agosto-septiembre 1969.

¹⁹ Tavares, M. C. e Serra, José. op. cit.

D — trabalhadores rurais, trabalhadores independentes urbanos, marginais. Entre 1960 e 1970 a distribuição teria sofrido a seguinte evolução²⁰:

| | Pop. Total 1960 | Renda Anual | | Pop. Total 1970 | Renda Anual | |
|----|--------------------|-------------|-----------------|--------------------|-------------|-----------------|
| | | % do total | niv. ab. p/pes. | | % do total | niv. ab. p/pes. |
| | | 1960 | | | 1960 | |
| A | 700.000(1%) | 28 | 8.400 | 900.000 | 30 | 12.000 |
| B1 | 2.000.000(4%) | 16 | 1.200 | 3.600.000 | 20 | 2.000 |
| B2 | 10.500.000(15%) | 21 | 420 | 13.500.000 | 22,5 | 600 |
| C | 21.000.000(30%) | 20 | 200 | 27.000.000 | 15,0 | 200 |
| D | 35.000.000(50%) | 15 | 90 | 45.000.000 | 12,5 | 100 |

A situação em 1970, que apresenta uma piora relativa para os 80% inferiores da distribuição, dá aos grupos uma situação frente ao mercado de consumo como segue:

A: "se apropria do excedente que alimenta o processo de acumulação e diversificação do consumo";

B1: "núcleo fundamental do mercado moderno";

B2: "base do mercado moderno";

C: base do mercado tradicional;

D: "fora do mercado consumidor moderno".

Quer dizer, reconhece-se novamente, como em Celso Furtado, que setores populacionais restritos são suporte para o moderno mercado de bens de consumo duráveis. Sem insistirmos na polêmica acerca do percentual populacional exato que constitui a base para o moderno mercado de duráveis — de resto uma polêmica inútil, quando mais não seja porque respaldada em dados então ainda precaríssimos (ou inexistentes) sobre despesa familiar — é importante assinalar que todos os autores "cepalinos" insistem na estreiteza de mercado para produtos de elevado valor unitário como característica essencial do desenvolvimento econômico latino-americano.

O texto "Além da Estagnação", entretanto, é feliz ao explicitar a idéia de mercado — óbvia, mas fora do alcance de J. Wells —: ele é dado pelo montante da

²⁰ O perfil da distribuição para 1970 é extrapolado a partir de 1960, admitindo-se as seguintes hipóteses: renda média de 400 dólares em 1970, manutenção da estrutura de classes, aumento de 1% a.a. da renda média do 50% inferior da população.

renda em cada estrato social, além, naturalmente, da renda individual que condiciona os preços unitários dos bens a serem adquiridos. A base do consumo moderno se expande muito porque os grupos do topo absorvem a parte mais substancial dos incrementos da renda global. Isto joga totalmente por terra a concepção de que se possa calcular o tamanho ou o crescimento do mercado para produtos finais através de considerações sobre a elasticidade renda da demanda ou propensões média e marginal a consumir. O que interessa é o montante da renda, seja da renda individual, seja da renda global da camada em questão.

Nosso propósito neste capítulo foi reconstituir algumas passagens do assim chamado "pensamento cepalino" a respeito de distribuição de renda e padrões de consumo. Ao termos tomado como referência autores variados e significativos, pensamos ter demonstrado a heterogeneidade da "escola"; a bem da verdade esta heterogeneidade, se não chega a descaracterizar alguns traços comuns no "pensamento cepalino", ao menos exige que as críticas a seus pensadores prestem mais atenção àquilo que os distingue e menos às globalidades comumente objeto de análise.

Entre Anibal Pinto e M. C. Tavares de um lado, e Celso Furtado, do outro, há um corte fundamental na caracterização da mecânica do desenvolvimento econômico. Convém realçar o corte porque aqueles pensam padrões de consumo e distribuição de renda a partir de um veio — a estrutura produtiva — que possibilita ser desdobrado rumo a explicações que transcendam o marco cepalino.

Fica provado também que não são as considerações sobre a dimensão do mercado que marcam a diferença entre o "subconsumismo cepalino" e as análises que o superam. Ao contrário, justamente o texto que é um marco nas críticas a algumas proposições na tradição da Cepal — Além da Estagnação — mantém o tamanho restrito do mercado para o consumo moderno como um aspecto importante do desenvolvimento econômico brasileiro.

Bibliografia

- WELLS, John R. **Subconsumo, tamanho de mercado e padrões de gastos familiares no Brasil**. São Paulo, Brasileiro de Ciências, 1976. (Estudos Cebrap, 17)
- FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro, Saga, 1969. p. 38-39.
- WELLS, John R., op. cit., nota 1, p. 10.
- WELLS, John R., op. cit., nota 1, p. 11.
- FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- FURTADO, Celso, op. cit., nota 3.
- FURTADO, Celso. **Análise do "modelo" brasileiro**. 4 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

- FURTADO, Celso, op. cit., nota 6, p. 84.
- TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José. **Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil.** In: SERRA, José, coord. **América Latina, ensaios de interpretação econômica.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 210.
- FURTADO, Celso, op. cit., nota 3, p. 55.
- FURTADO, Celso, op. cit., nota 6, p. 10-1.
- PINTO, Anibal. **Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente.** In: SERRA, José, coord. **América Latina, ensaios de interpretação econômica.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 44-82.
- LA CEPAL el problema del progreso técnico. **El Trimestre Economico**, Mexico, Fondo de Cultura Economica, 43(2) abr./jun. 1976.
- DISTRIBUIÇÃO de renda na América Latina e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- SERRA, José. O desenvolvimento da América Latina: notas introdutórias. In: ——. **América Latina, ensaios de interpretação econômica.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 15-41.
- VUSKOVIC, Pedro. **A distribuição de renda e as opções do desenvolvimento.** In: SERRA, José, coord. **América Latina, ensaios de interpretação econômica.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 83-106.
- PINTO, Anibal, op. cit., nota 13, p. 46.
- PINTO, Anibal, op. cit., nota 13, p. 47.
- SERRA, José, op. cit., nota 13.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Características da distribuição de renda no Brasil.** [s.l.] CEPAL, 1969.
- TAVARES & SERRA, op. cit., nota 9.